

Ata da reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, realizada em 12 de agosto de 2013.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às 16:00 horas, na sala de reunião do Colégio de Procuradores de Justiça, localizada nesta Capital à Rua Álvaro Mendes, número vinte e dois, noventa e quatro, centro, foi realizada reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Luis Francisco Ribeiro, Procurador-Geral de Justiça em exercício, com a presença dos seguintes membros: **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Antônio Gonçalves Vieira, Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Martha Celina de Oliveira Nunes, Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Fernando Melo Ferro Gomes, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando e Aristides Silva Pinheiro.** Os demais justificaram suas ausências. Seguindo a ordem dos trabalhos determinada pelo artigo 12 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorreu: conferência do *quorum* e instalação da sessão. O Presidente cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. Em seguida, determinou a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. O Presidente apresentou as matérias que serão apreciadas nesta reunião e passou a palavra a Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, relatora do processo administrativo nº 22074/2012, a qual proferiu seu voto, manifestando pelo encaminhamento dos autos do processo à Procuradora-Geral de Justiça para adoção das medidas legais e cabíveis. Por unanimidade, todos os Procuradores de Justiça presentes acompanharam o voto da relatora. Passou-se ao item 2 – sorteio para designação do relator e revisor do processo administrativo nº 25652/2012 que versa sobre a competência das Promotorias de Justiça do Núcleo da Fazenda Pública, tendo sido sorteada a Procuradora de Justiça Rosângela de Fátima Loureiro Mendes

como relatora e a Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Marques como revisora. Passou-se ao terceiro item, apreciação do Projeto de Resolução que estabelece os critérios de distribuição de processos entre as Procuradorias de Justiça no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí. De posse da palavra, a Promotora de Justiça Janaina Rose Ribeiro Aguiar fez a apresentação do projeto. Após análise pelo colegiado, o projeto foi aprovado com emenda no artigo 3º, apresentada pelos Procuradores de Justiça Antônio Gonçalves Vieira e Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, ficando com a seguinte redação: Art. 3º. Os Assessores de Procurador de Justiça lotados na Procuradoria cujo titular esteja afastado de suas funções continuarão a desempenhar suas atividades normalmente na Procuradoria de Justiça de sua lotação, recebendo processos que serão remetidos pelas Procuradorias em atividade, cabendo a cada Núcleo definir como será feita a distribuição de processos pelas Procuradorias aos referidos assessores, nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 12/1993. Item “4” - apresentação do projeto de Ato PGJ que será submetido ao Conselho Superior do Ministério Público e regulamenta a escala de substituição das Procuradorias de Justiça nas sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, nos casos de vacância, afastamento, impedimento ou suspeição do titular, e dá outras providências. A Promotora de Justiça Janaina Rose Ribeiro Aguiar fez explanação da matéria e, em seguida, a leitura do projeto de ato. Posteriormente, o Promotor de Justiça e Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público, Paulo Rubens Parente Rebouças, comunicou que a CONAMP entrou com uma ação no STF, a pedido da associação, para que os aposentados voltem para folha de pagamento do Ministério Público. Foi proposto pelo Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes e aprovado, à unanimidade, pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, voto de pesar pelo falecimento dos senhores, Adail Oliveira Matos e Elisabeth Oliveira Nunes, irmãos do Procurador de Justiça Hosaias Matos de Oliveira. O Dr. Fernando Melo Ferro Gomes propôs moção de elogio ao Procurador-Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos pelos relevantes serviços prestados ao Ministério Público Nacional e Piauiense. A moção foi aprovada à unanimidade. Após, o Presidente parabenizou em nome do Colégio, o

Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira pelo seu aniversário no dia 13 de agosto. Nada mais havendo a ser tratado, o Procurador-Geral de Justiça em exercício agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, e para constar, eu Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, doze de agosto de dois mil e treze.